



Servidores na Luta

Av. Campos Sales, 106 | Vila Nova | Santos | CEP:11013.401
☎ 13. 3228.7400 ✉ sind_serv@uol.com.br
🌐 www.sindservsantos.org.br 📺 /SindservSantos

Dezembro de 2014 | Nº 80

FECHAMENTO AUTORIZADO. PODE SER ABERTO PELA E.C.T.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS

Luta por Reclassificação continua!



Os funcionários municipais debateram em assembleia no dia 29/10 os próximos passos do movimento que pede Reclassificação para diversos segmentos da Prefeitura de Santos. A mais importante discussão girou em torno da contraproposta apresentada pelo governo: Os trabalhadores REJEITARAM qualquer abertura para rediscutir o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos.

A Secretaria de Gestão colocou essa proposta para os servidores, durante reunião no dia 22/10, com a justificativa de que é preciso criar níveis salariais intermediários entre as letras "P" e "Q" para que seja possível a Reclassificação.

Os trabalhadores universitários sabem que a diferença entre esses níveis é relevante (100%) e que isso pode afetar o andamento de todos os demais pedidos. Todavia, ponderaram na assembleia que reabrir a discussão do PCCV seria um enorme risco para toda a categoria, levando em conta a total falta de credibilidade do atual governo e da Câmara dos Vereadores. Vale lembrar que ambos deram verdadeiros golpes nos servidores durante a Campanha Salarial desse ano e a aprovação das Leis que permitem a terceirização de quase todos os serviços públicos.

A assembleia deliberou pela

criação de um Grupo de Trabalho para analisar os números apresentados pelo governo e avançar na luta. Esse GT já se reuniu e definiu

algumas propostas que serão avaliadas por todo o movimento em assembleia com data a ser definida.

Categoria continua atenta contra as terceirizações



Os servidores públicos continuam atentos as movimentações da Prefeitura no seu plano de implantar a terceirização dos serviços públicos no município. Assembleias e reuniões setoriais estão sendo realizadas, conforme deliberado em assembleia geral da categoria, aprofundando ainda mais a organização e mobilização dos trabalhadores contra mais esse ataque.

Ainda há muitos setores da Prefeitura em que os trabalhadores ainda não compreenderam a gravidade que representam as Organizações Sociais (OSs) no serviço público. Já passou da hora de despertar para a realidade: se as OSs forem implantadas, a CAPEP, o IPREV e vários outros direitos conquistados pela categoria passarão a ser parte do passado".

Veja os temas discu

Assembleia do Ma

No dia 6 de novembro os profissionais da Magistério se reuniram em assembleia para discutir quatro pautas que influenciam diretamente a vida profissional dos educadores. Veja abaixo o que foi discutido e deliberado:

Estatuto do Magistério

A Secretaria de Educação entregou ao sindicato uma proposta de alteração em alguns Artigos do Estatuto do Magistério. Essas alterações já são discutidas desde março de 2013.

A proposta do governo foi lida e discutida minuciosamente. A maioria das alterações propostas pelo governo são reivindicações dos trabalhadores que finalmente estão sendo atendidas. Outra parte das alterações são de mudanças apenas textual, que não mudarão em nada a prática do dia a dia. E também há dois pontos nos quais os funcionários não concordaram com a nova redação, são eles:

1) No Artigo que trata das jornadas de trabalho (12) foi incluído um parágrafo que diz que, no momento da fixação de sede, o professor de Educação Básica II, além de escolher jornada e unidade de ensino, terá que fixar o período. Sabendo que essa fixação do período pode gerar grande prejuízo aos professores, a



assembleia decidiu pela supressão da palavra “período” nesse Artigo;

2) E no Artigo 58, que relaciona os critérios para Promoção, foi incluído no inciso III - “interstício de 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo” - o seguinte texto: “(...) até o início do período das

inscrições para o processo de promoção”. Os servidores presentes não viram motivo nenhum para a alteração do texto que limita desnecessariamente o número de trabalhadores que podem pleitear a Promoção. Em virtude disso, os docentes reivindicam pela volta do texto original do referido Artigo.

Terceirizações na Educação

Outro tema que ganhou destaque foi a terceirização na Educação, que a Prefeitura já está fazendo veladamente usando o Programa Escola Total. Com a entrada de uma Organização Social (OS) no Programa, essa terceirização será ainda mais acentuada.



cutidos na magistério

Será o fim de todos os Projetos ministrados pelos docentes de carreira. Só isso já retira uma boa fatia do pagamento de muitos professores, principalmente aqueles que trabalham apenas na rede santista, com dobras.

Os “voluntários” do Projeto Escola Total já assumem inúmeras funções que deveriam ser de funcionários públicos. Denúncias inclusive de “voluntários” assumindo cargos de Auxiliar de Classe e, até mesmo, substituindo professores em sala de aula. Com uma OS gerindo o Escola Total não tenha dúvida: A terceirização avançará ainda mais no ensino.

Isso tudo sem contar com os enormes prejuízos que a implantação das OSs causará nos servidores como um todo. Só para citar um exemplo: Se o governo conseguir entregar para iniciativa privada somente as unidades da saúde que já anunciou, já teríamos um colapso total de nosso Instituto de Previdência (IPREV). E, vale lembrar, o caixa do IPREV é único, ou seja, é o mesmo caixa para todos os servidores, de todas as secretarias. Vai faltar dinheiro para as aposentadorias de TODOS os servidores.

Promoções

A abertura do Concurso de Promoção para os Professores Adjuntos está condicionada à alteração do Estatuto. Isso porque, após pressão da categoria, a proposta da Seduc atende a reivindicação e retira a prova de aferição de conhe-

cimentos para a Promoção. Após o Estatuto ser alterado, a luta continua para que o governo cumpra o prometido e abra imediatamente o Concurso de Promoção.

A Promoção dos especialistas em educação está caminhando. Segundo a Seduc, no final de dezembro devem ser feitas 98 nomeações (21 Diretores, 25 Assistentes de Direção, 19 Coordenadores Pedagógicos e 33 Orientadores Educacionais).

Outra reivindicação dos trabalhadores que a Seduc prometeu atender é a alocação de Orientadores Educacionais em unidades educacionais que atendem crianças de 0 a 3 anos (cumprindo assim a Lei Complementar 752/12). Das 33 nomeações de Orientadores Educacionais, 18 serão para essas UMEs.

Reclassificação

Os educadores decidiram formalizar mais uma vez que estão juntos na luta pela Reclassificação. Essa decisão foi apenas uma formalidade porque o que vai dizer se os profissionais do magistério estão realmente engajados em mudar de nível salarial será a própria presença física dos mesmos nos eventos do movimento.

A Reclassificação para os educadores faria uma justa recuperação salarial. O reconhecimento da importância e esforço que esses profissionais desempenham para manter o título de Cidade Educadora, não virá sem que os professores lutem por ele.

Funcionários de escolas conquistam a gratificação por complexidade

Finalmente, após meses de pressão da categoria, Paulo Alexandre Barbosa publicou a Lei Complementar que estende a gratificação de complexidade aos servidores públicos municipais que atuam nas escolas classificadas desde o início deste ano como complexas (Esmeraldo Tarquínio, Oswaldo Justo, Pedro Crescenti, Pedro II, Cidade de Santos, José Carlos de Azevedo Júnior, Padre Leonardo Nunes e Vinte e Oito de Fevereiro).

Depois de muita luta da categoria, o adicional de complexidade foi instituído em 2012 (pela Lei Complementar 752), mas para os profissionais receberem o adicional, o governo deveria

criar critérios para a classificação das unidades consideradas como complexas. Esta classificação demorou cerca de um ano e meio, pois o ex-prefeito Papa e a ex-secretária de Educação Suely Maia se omitiram até o fim do mandato e o atual prefeito, Paulo Alexandre, e a ex-secretária de Educação, Jossélia Fontoura, empurraram a regulamentação com a barriga por um ano.

Somente após pressão que o Sindserv e a categoria fizeram, no início deste ano o governo classificou as escolas complexas e os professores puderam começar a receber. Com a luta, esse direito foi estendido as demais funcionários das escolas.



Veja como foi a trajetória de nossa luta:

- **Fevereiro:** Começa a movimentação dos funcionários, com reuniões no SINDSERV e mobilização nas escolas;
- **8 de abril:** Primeira reunião dos funcionários e SINDSERV com o Secretário de Gestão;
- **9 de abril:** A reunião agora foi com a Secretária da Educação;
- **Maio:** Apesar de ter prometido resposta até o dia 23/04, governo diz que só irá se pronunciar após sair relatório financeiro do 1º quadrimestre;
- **Junho:** Após pressão do SINDSERV, Secretário de Gestão compromete-se a receber funcionários dia 15 de julho;
- **Julho:** Secretário desmarca a reunião;
- **22 de julho:** Finalmente Secretário recebe funcionários e SINDSERV. Apresenta esboço de Projeto de Lei, mas diz que o mesmo ainda passará por burocracias;
- **Agosto:** Prefeitura encaminha Projeto à Câmara dos Vereadores;
- **22 de setembro:** Projeto é aprovado na Câmara;
- **06 de outubro:** Lei é publicada no Diário Oficial.

SÓ A LUTA MUDA A VIDA



Operadores Sociais fazem pressão por Gratificação

Os Operadores Sociais continuam fazendo pressão pela Gratificação por Complexidade. O benefício seria destinado aos servidores que atuam nas unidades que funcionam sob o regime de 24 horas (Abrigos, Casas de Acolhimento e Equipes de Rua).

Desde janeiro desse ano os trabalhadores fazem essa luta. Tanto a Secretária de Assistência Social quanto o Secretário de Gestão já se posicionaram favoravelmente ao pleito. Porém, um diz que precisa consultar o outro e, no meio desse ping pong, o processo não anda. Para complicar ainda mais, a Secretária disse que criaria critérios para estender o benefício para os demais servidores que trabalham nas mesmas unidades fora do regime de 24h. Isso foi em maio e até agora NADA foi feito!

Por isso, os Operadores Sociais exigem uma reunião conjunta dos dois secretários para tentar resolver todas as pendências e acelerar os trâmites necessários. Se ambos são favoráveis ao pedido, não há nada que impeça a justa recompensa e reconhecimento aos profissionais que se dedicam a uma escala de trabalho prejudicial à saúde física e mental.

TODOS PELA GRATIFICAÇÃO DE COMPLEXIDADE!



Técnicos de Informática entregaram reivindicação



No dia 16 de outubro foi a vez dos Técnicos de Informática irem até o gabinete do Secretário de Gestão entregar o pedido de Reclassificação. Esses servidores desempenham atividades de alta responsabilidade, mas recebem salários muito abaixo do mercado. Por conta disso, almejam ir para o nível "O".

O Secretário recebeu a pauta, protocolou, mas não quis saber de muita conversa. Respondeu secamente que não daria nenhum prazo, que havia sido pego de surpresa e não teria nenhuma previsão.

Os Técnicos de Informática agora se juntam à todos os outros segmentos de servidores municipais que lutam por Reclassificação. Esse movimento unitário terá assembleia em breve, fique atento.